

ÍNDIOS XUKURU-KARIRI, HISTÓRIA E MEMÓRIAS. O território como construção identitária na Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios/AL

Mary Hellen Lima das Neves¹

Os índios no Nordeste: estratégias de sobrevivência

O Nordeste é uma das regiões no Brasil que mais foi impactada pela colonização portuguesa e posteriormente, os povos indígenas foram esbulhados de suas terras, os considerados inimigos foram escravizados, enquanto que os aliados estabeleciam relações de interesse com os europeus. Como forma de resistência os indígenas elaboraram estratégias que os lhes possibilitassem a sobrevivência, muitos, por exemplo, fingiram assimilação aos costumes e crenças dos conquistadores, outros fugiram das regiões litorâneas e adentraram as regiões chamadas de “sertão”.² Para terem êxito na colônia os portugueses primeiro negaram a diversidade populacional, e chamou todos que não fossem europeus de índios, generalizando-os; segundo os dividiu entre aliados e inimigos, sendo esta concepção muito reforçada pelos cronistas e viajantes pelo Brasil (SILVA, 2017).

Estas relações entre índios e colonizadores, ora eram caracterizadas como relações de poder, que vem a ser a imposição de um e submissão do outro, ora como uma relação de interesses a partir dos indígenas, que realizavam ações para os europeus e em troca recebiam instrumentos de ferro, armas de fogo dentre outros objetos de usos. Mas, foram situações que não ocorriam de forma fixa, quando aquela relação não mais possibilitasse a troca, ambos buscariam outros aliados, onde até aquele aliado anterior, em um momento seguinte seria um inimigo e assim sucessivamente (SILVA, 2004). Tratava-se, afinal, de sociedades na quais a troca era um valor a ser sustentado, característica fundamental a ser considerada quando interpretamos as suas relações de contato com os estrangeiros (ALMEIDA, 2010, p. 38). Obviamente, sem negar que mesmo nessas relações de interesses os chamados índios foram prejudicados, muitos povos foram dizimados, ocorreram perdas irreparáveis como a de línguas nativas, os modos de viver indígenas, suas práticas socioambientais, dentre outros aspectos.

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Orientadora: Prof^a Dr^a. Michelle Reis de Macedo. Membro do Grupo de Pesquisa em História Indígena de Alagoas – GPHIAL.

² Denominação dos colonizadores portugueses as regiões ainda não desbravadas, consideradas incivilizadas, opostas ao litoral.

Entre o imaginado e o vivido: a retomada na Mata da Cafurna

O Município de Palmeira dos Índios, situado no estado de Alagoas, está inserido em uma região convencionalmente chamada Agreste, atualmente considerada Semiárido, que apresenta situações climáticas subúmidas em uma microrregião correspondente a condições climáticas semiáridas moderadas. Possuindo assim, tanto características agrestinas, quanto do Sertão alagoano (MELO, 1980, p. 264). O município tem como parte de sua população os indígenas Xukuru-Kariri habitando em 08 aldeias reconhecidas pela Funai e pelos próprios indígenas, e mais 02 em processo de reconhecimento. A Aldeia Mata da Cafurna será objeto de breve análise texto a partir do recorte temporal o ano de sua retomada em 1979 até os dias atuais, buscando discutir os processos históricos vivenciados por seus habitantes quando decidiram ocupar aquele espaço e, compreender quais as estratégias elaboradas pelos indígenas diante das diversas situações enfrentadas.

Em fins do século XVIII, os índios Xukuru-Kariri e a população vizinha confrontaram-se em conflitos territoriais cada vez mais acirrados. Os invasores queriam ocupar as terras, habitadas pelos indígenas para expandir as produções agrícolas e pastoris, além de manter a ordem social colonial vigente. Nesse contexto, os indígenas dispersaram-se, viveram invisibilizados para assegurar suas próprias vidas, pois quem se declarasse indígena corria grande risco de ser assassinado. Em razão destas tensões os índios “desaldeados”, camuflaram-se entre a população não indígena, sendo oportuno ao Estado afirmar a inexistência de índios em Alagoas³. Na maioria, das situações, as terras indígenas foram consideradas devolutas, loteadas e transferidas por meio de título de vendas a terceiros (BARROS, 2013, p.13).

Somente em meados do século XX foi que estrategicamente os índios emergiram, mobilizaram-se para serem reconhecidos enquanto povo indígena com suas expressões socioculturais. A partir das reivindicações indígenas, por volta de 1950 o Serviço de Proteção ao Índio-SPI⁴ começou a atuar em Palmeira dos Índios. O órgão indigenista oficial tinha como objetivo “assistir” os índios na Região Nordeste com a instalação de Postos Indígenas/PI e reconhecendo os índios perante o Estado brasileiro. Em Alagoas, inicialmente foram reconhecidos os Xukuru-Kariri, e os Kariri-Xokó em Porto Real do Colégio. O SPI

³ Nesse período os aldeamentos foram extintos, em Alagoas tal ação aconteceu via decreto provincial em 1872.

⁴Órgão indigenista oficial criado em 1910, para ações de assistência aos índios no país, por meio da instalação de postos indígenas. Em Palmeira dos Índios atuou na compra das terras da Aldeia Fazenda Canto entre 1950 e 1953, que foi destinada aos Xukuru-Kariri (BARROS, 2013).

instalou um PI na Fazenda Canto, sendo essa a primeira aldeia Xucuru-Kariri⁵ no período republicano (BARROS, 2007, p. 13).

Os índios adquiriram a Fazenda Canto com a primeira propriedade para usufruto. Antes pertencente ao então Prefeito de Palmeira dos Índios, Manoel Sampaio Luz e no local foi instalado o Posto Indígena Irineu dos Santos. No entanto, a terra não estava em boas condições e não correspondeu o valor pelo qual foi comprada, como citou um o antropólogo em seu relatório produzido para compor o processo de demarcação das terras, quando escreveu:

As novas terras adquiridas para os índios estavam, entretanto em péssimo estado e que, segundo o próprio inspetor, teria sido um excelente negócio para o vendedor, Sr. Juca Sampaio, já que as terras estavam estragadas pelos sucessivos plantios, sem o necessário descanso, e que, além disso, não possuía "nenhum capão de mato onde se pudesse cortar uma varinha", faltando, portanto lenha para o consumo futuro dos índios. As construções existentes já estavam semidestruídas, em péssimo estado de conservação, já que, segundo o capataz da fazenda, as benfeitorias tinham sido construídas há 26 anos. (CARRARA, 2011)

A compra da Fazenda Canto não resolveu as necessidades dos Xucuru-Kariri, pois a área da propriedade não atendia às demandas dos indígenas. A limitada extensão territorial, o crescimento populacional e o surgimento de conflitos internos significou a urgência por mais terras. Estes conflitos internos resultaram em uma cisão, onde parte das famílias habitando no local organizaram-se para retomar outra área também reivindicada como terras indígenas tradicionais dos Xucuru-Kariri, pelos documentos da Funai.⁶ Os conflitos evidenciaram divergências principalmente entre os irmãos Celestino, possivelmente por influências do SPI, que por meio da distribuição de cargos e a oferta de privilégios contribuiu para que o cenário se tornasse insustentável a ponto de famílias dividirem-se deixando a aldeia.

Os primeiros habitantes para a nova aldeia na Mata da Cafurna em 1979, foram às famílias Gomes que tinham migrado das proximidades onde atualmente localiza-se o Cristo do Goiti, os Santana e também os Celestino vindos da Fazenda Canto. A nova localidade quando retomada, não possuía estrutura residencial nem energia elétrica. Mesmo sem o mínimo de estrutura os indígenas persistiram, tendo como abrigo algumas barracas de lona e a sombra de uma jaqueira, árvore até hoje preservada no pátio da escola da aldeia como símbolo da resistência. Além do desconforto, conviveram com o medo de não ver o dia

⁵A denominação Xucuru-Kariri resultou de algumas variações ao longo da relação destes índios com a sociedade envolvente e com o Estado; podendo ser citadas como exemplo: Kariri, Xucuru, Shucuru, Xucuru, Aconã-Kariri-Xucuru, Kariri-Xucuru.

⁶Documentos disponíveis no acervo de Luís B. Torres, memorialista palmeirense, pesquisador sobre os indígenas, que depois de falecido teve seus escritos doados pela família ao Núcleo de Estudos Políticos, Estratégicos e Filosóficos/NEPEF, Universidade Estadual de Alagoas/UNEAL, Campus III/Palmeira dos Índios.

seguinte, uma vez que a retomada provocou intensos conflitos com os posseiros, gerando uma situação bastante tensa.

Parte do povo Xukuru-Kariri habita a Mata da Cafurna desde 1979. O território dessa Aldeia era um conjunto de terras em mãos de três posseiros, Leopoldo Torres, Everaldo Garrote e Pedro Benoni dificultando a retomada daquele lugar até que veio a público a notícia de negociações para implantação de uma universidade japonesa naquela área. A notícia preocupou os índios que solicitaram da Prefeitura Municipal de Palmeira a doação das citadas terras (PEIXOTO, 2013, p. 53).

Alegando de que necessitavam das terras para viverem com um pouco mais de conforto e autonomia, pelas possibilidades de assegurar a subsistência dos índios, o pedido ainda ganhou reforço na justificativa da importância ritualística, uma vez que a mata ali existente local configurava-se como ideal para a prática religiosa do Ouricuri, momento sagrado das relações dos indígenas com suas divindades. Assim, um grupo de Xukuru-Kariri estabeleceu-se na Mata enquanto aguardava o desenrolar das negociações com a Prefeitura. Esta primeira retomada foi pacífica, a Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios “doou” as terras para os índios numa quantidade inicial de 117,6 ha e recebeu em troca Cr\$ 3.000.000,00 (três mil cruzeiros) da FUNAI, para depois ressarcir aos índios com atendimentos médicos, o que não ocorreu, em situação até a atualidade não esclarecida, nem resolvida. O processo da retomada ocorreu de forma muito lenta e dificultosa, durando cerca de nove anos. Como afirmou Lenoir Tibiriçá⁷,

Os que ficaram, ficaram lá embaixo da jaqueira e depois foi construindo casa de barro com telhado de palha e daí foram surgindo, depois veio ajuda do exército que deu umas cabana, doze cabana, os que foram tendo mais força foram fazendo casa de barro com telhado de palha, até chegar as primeiras casas por que dava muitos problema de barbeiro e era proibido que tivesse casa assim, e ai veio as primeiras casas de alvenaria. Foram 12 a 13 casas, depois vieram mais e as pessoas foram tendo mais condições e foram fazendo mais casas de alvenaria.

Cerca de um ano após a formação da primeira parte da Aldeia, os indígenas reuniram-se para reivindicar mais terras, em uma mobilização prolongada por mais de três anos em trâmites judiciais até que foi negada aos indígenas a ampliação da área, restando-lhes à opção de pressionar o poder público com as retomadas das terras. A princípio, era uma extensão de 136 ha, seguida por outra com 22 ha, ambas localizadas no entorno da Mata da Cafurna. Finalmente, em meados de 1988 o processo foi resolvido e a região da Mata da Cafurna foi então toda retomada. Esse período da formação da aldeia é vivo nas memórias e relatos

⁷Liderança da Aldeia Mata da Cafurna. Entrevista realizada em Palmeira dos Índios/AL em 27/05/2017.

daqueles que vivenciaram aquela experiência histórica, como evidenciado na narrativa de um indígena⁸:

[...] eu lembro como se fosse um sonho, lembro que eles se reuniam como a gente se reúne hoje e decidiram vamos retomar aquela mata, eu sei e lembro que a minha mãe, meu pai, a mãe dela vinha, meus avós e a gente também vinha, mas eles tinham aquele cuidado com a gente, e a gente ficava, eles faziam assim tipo umas ocas, uma baixada, tipo umas mangueiras e eles ficavam de vigias, eu sei que foi um grande processo, mas eu não posso contar com muitos detalhes, quem pode contar é os meus mais velhos, mais eu lembro que foi muita luta, mas graças a Deus nós conseguimos; [...] e aí quando foi em 82 mais ou menos um grupo, uma parte da Fazenda Canto, duas famílias, que era os Celestino e Santana, viemos, chegando lá, já se encontrava índios já habitando o lugar, que eram os da família Gomes, que moravam perto do Cristo e estavam habitando lá, que era o finado Arlindo e Minervina e então um índio que era o Seu Zezinho.

Relatos como o citado acima possibilita compreender o quanto foi desafiador para o povo indígena Xukuru-Kariri retomar um território que tradicionalmente lhes pertencia, mas que fora tomado, obrigando-os, com isso a viver na invisibilidade até se considerarem fortalecidos o suficiente para iniciarem a viagem de volta em busca da afirmação étnica e da retomada territorial (OLIVEIRA, 1999, p. 123). Segundo uma pesquisadora, a oralidade possibilita imaginar o que foi vivido, a partir dos relatos por meio de entrevistas transcritas. E também possibilita cotejá-las com documentações referentes ao mesmo contexto no intuito de perceber se os mesmos se entrecruzam, todavia, como afirmou,

Acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade e a da história oral como um todo decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. (ALBERTI, 1996, p. 05)

A retomada de mais terras pelos indígenas em Palmeira dos Índios era uma necessidade demográfica, pois a Fazenda Canto, primeira aldeia reconhecida pelo Estado no município, não era suficiente para acomodar seus habitantes por conta da sua limitada extensão territorial. Além de uma necessidade cosmológica, pois a Mata da Cafurna possibilitaria aos indígenas um espaço sagrado para realizarem seus rituais e com isto o fortalecimento espiritual, aspecto central para os indígenas. Embora tenha ocorrido uma considerável distância entre o imaginado e o vivido no que se referiu a ao estabelecimento na aldeia, mesmo assim diante dos conflitos existentes, muito foram os aspectos mais positivos que negativos, pois outras retomadas tornaram-se possíveis, com isto os índios saíram da invisibilidade para a reafirmação étnica mobilizando-se cada vez mais por seus direitos. Estar habitando em áreas demarcados pelos órgãos estatais competentes não significou um

⁸O indígena apresentado como habitante 1, pois por temer represálias pediu que seu nome não fosse identificado.

momento tranquilo para os indígenas, pois na medida em que mais famílias organizavam-se para ocupar outros espaços e formar mais aldeias, também intensificavam-se as perseguições e ameaças aos indígenas, situações que continuam ocorrer na atualidade e em muitos momentos foi declarada. Sobre isto pesquisadores enfatizaram:

Há 35 anos os Xukuru-Kariri retomaram as lutas pelas suas terras, quando realizaram a primeira retomada, em 1979. Desde então, vem cobrando celeridade na execução do processo que definia seu território com 36 mil hectares de terra e que foi paulatinamente sendo reduzido para os atuais 7.073 hectares. (SILVA; PEIXOTO, 2016, p. 25)

Para explicitar os conflitos do passado e recorrentes entre os indígenas e posseiros, que também são políticos, donos dos meios de comunicação local, lojistas entre outras ocupações, os posseiros organizaram uma mobilização denominada “Movimento Palmeira de Todos”, resultando em um ato público para contestar a demarcação das terras indígenas e seus “possíveis danos” aos moradores da cidade. O ato foi realizado em 20 de agosto de 2013, data dedicada a emancipação política de Palmeira dos Índios, que além dos organizadores contou com a participação de indígenas que não estavam sendo contemplados nas demarcações e que logo foram cooptados estrategicamente para apoiar o movimento. Mesmo com toda apelação o evento teve pouca visibilidade e provavelmente não atendeu as expectativas dos organizadores. Como ação paralela, os povos indígenas Xukuru-Kariri que vinham organizando campanhas, intensificaram as ações por meio de uma proposta buscando desconstruir o discurso de que o município estaria ameaçado quando as terras indígenas fossem demarcadas. A mobilização indígena reuniu estudiosos e pesquisadores da temática, além de simpatizantes com a criação de fanpages na Internet para divulgar as ações, produzindo folders, cartazes, cartilhas, camisetas e adesivos para angariar fundos que ajudassem a custear pequenas despesas com a mobilização, sendo uma ação permanente dos Xukuru-Kariri, reunindo índios de todas as aldeias.

Relações socioambientais na Mata da Cafurna

A aldeia Mata da Cafurna possui a extensão territorial de 275,6 ha, sendo um espaço de Mata Atlântica no interior do estado de Alagoas na região do Semiárido. Com nascentes que abastecem às bacias hidrográficas locais, possui uma fauna e flora considerável. Comporta cerca de 150 famílias e aproximadamente 812 pessoas, tendo como renda familiar o trabalho agrícola, a venda de artesanatos, além de benefícios da Previdência Social. Na aldeia tem uma Escola Indígena, um Posto de Saúde, uma biblioteca, uma barragem, uma lagoa, as casas e roças. Além de ser um espaço que agrega consigo várias características climáticas possibilitando aos seus habitantes práticas ambientalmente sustentáveis.

O historiador E. P. Thompson contribuiu de forma fundamental quando ressaltou a importância de considerar a historicidade da cultura. Para esse historiador, a cultura é um produto histórico, dinâmico e flexível a ser apreendido como um processo no qual homens e mulheres vivem suas experiências (THOMPSON *apud* ALMEIDA, 2010, p. 21). Dessa forma, os grupos sociais, sejam indígenas, negros, ou qualquer outro, vivenciam expressões socioculturais que podem se transformar com o tempo, sem agregar a esta variabilidade uma perda cultural.

A vida em comum possibilita aos indígenas a afirmação de suas expressões socioculturais, bem como a socialização dos conhecimentos como, por exemplo, a manipulação de ervas medicinais. A produção agrícola se diferencia em relação ao que tradicionalmente é cultivado no município. Milho e feijão, por exemplo, não são cultivados, pois não resistem ao frio das cercanias da mata. Em contrapartida, existe uma produção de bananas em larga escala para o consumo interno e para o abastecimento do comércio local, assim como a produção de legumes, verduras, batata doce e mandioca. O artesanato é confeccionado pelos indígenas com matéria prima da mata. Além das terras férteis, a água cristalina e o clima serrano torna a vida na aldeia pacata e saudável, bem distante do observado nas cidades.

Em entrevista Lenoir Tibiriçá relatou suas memórias sobre a aldeia no passado e como se configura na atualidade: “quando nós chegamos na terra, a terra só tinha mata, muita jaqueira, tinha café, tinha banana, e ainda hoje ela é ainda uma área com muita água”. E sobre a atualidade,

Com a nossa permanência lá, a gente conseguiu segurar o que já tinha, algumas cobras, tamanduás, paca, veado, e outras espécies que o Ibama tem levado pra soltar lá, aves mesmo em recuperação, então pra nós é muito bom. [...] e também um reflorestamento, onde há muito estrago dentro da mata e precisa replantar, onde com essa seca que foi muito puxada, perdemos muitas palmeiras e muitas árvores.

A Mata da Cafurna requer cuidados e implantação de políticas públicas assegurando a continuidade de seus habitantes indígenas e suas práticas socioambientais sustentáveis. Os órgãos de assistência praticamente não mantêm relações com os indígenas, que fazem o possível para cuidar de seu ambiente, mesmo não tendo conhecimentos técnicos possibilitando melhor conservação da aldeia. Este espaço além de ser habitat, é também espaço que identifica os índios, pertencente a uma identidade étnica. Compreendendo-se Identidade, como uma dinâmica de relações construídas historicamente, caracterizadas pela multiplicidade, reelaboradas a partir do Ambiente onde se vive (SILVA, 2017, p. 17)

Sobre identidade indígena, Arruti (1996) discutiu a ressignificação enquanto marca identitária, tendo duas questões como essenciais, primeiro o território, segundo a questão cultural. A primeira como uma construção sociocultural, lugar de práticas sociais, políticas e afirmação identitária; a segunda no sentido de socialização dos conhecimentos tradicionais por meio de narrativas e simbologias unindo as memórias dos mais antigos ao atual cotidiano dos habitantes nas suas relações com o tempo e o espaço. Portanto, pensar os povos indígenas no Semiárido nordestino na perspectiva de uma História Ambiental é realizar o exercício de reflexões sobre as relações entre esses grupos humanos e as condições de vida onde habitam (SILVA, 2017, p. 17)

A Mata da Cafurna compõe, portanto, um espaço histórico e socioambiental para os indígenas, que por sua vez colaboram para a conservação de seu ambiente natural por meio de uma relação sustentável no que se refere ao uso dos recursos naturais. Sendo bem perceptível as relações simbólica, emotiva e social entre os indígenas e seus territórios, valores socioculturais e humanos originários de uma tradição não compreendida pelos posseiros que têm a terra apenas como fonte de exploração e lucro.

Considerações finais

Buscamos apresentar um breve panorama da trajetória política e histórica dos atuais Xukuru-Kariri habitantes na Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios/AL, iniciada e vivenciada por seus antepassados ainda no século XVIII, quando foram esbulhados de suas terras tradicionais, enfrentando inúmeras violências físicas e socioculturais de parte dos colonizadores em diversos momentos históricos. Procuramos também evidenciar as estratégias de resistência indígena, destacando principalmente o silêncio e a invisibilidade, ambas utilizadas pelos índios no período colonial e reelaboradas nos contextos históricos mais contemporâneos, como forma de superar as situações de violências para em seguida mobilizarem-se auto afirmando a indianidade, a partir do reconhecimento do Estado e das retomadas de partes do território tradicional.

Após o estabelecimento na Mata da Cafurna, mesmo em uma extensão territorial limitada levando-se em consideração a quantidade de habitantes, uma das primeiras ações do coletivo foi definir um espaço em que fosse possível realizar seus rituais, expressar a cultura e também conservar os espaços de biodiversidade existentes na aldeia, com o uso sustentável dos recursos naturais, evidenciando as relações com o Ambiente e significativas e constitutivas da identidade Xukuru-Kariri.

Um dos principais objetivos desse texto foi tornar público a existência de indígenas no município de Palmeira dos Índios, produzindo e comercializando alimentos, artesanatos,

injetando recursos na economia local, contribuindo para a região. Informações estas que contradizem posições antagônicas ao optarem pela ocultação dessas informações a fim de estimular a população vizinha negarem a presença dos Xukuru-Kariri. Além de que este povo indígena também é responsável pela única reserva de Mata Atlântica em Palmeira dos Índios e como afirmam os próprios indígenas “a mata é o pulmão de Palmeira dos Índios”. E para os indígenas a terra tem significados que se distanciam do não indígena, pois os índios atribuem um valor que transcende o financeiro. A aldeia se configura como um local onde é expressa a cultura, a identidade nas relações com a terra.

Em relação a demarcação física das terras indígenas é muito visível a disparidade de compreensão acerca desta situação por parte considerável da população não indígena em Palmeira dos Índios e regiões circunvizinhas. De um lado, pessoas alheias ao processo, que se deixam influenciar por informações tendenciosas, adotam para si o discurso de negação e ódio gratuito. Para muitos deles a demarcação “nunca se concluirá”, pois ouvem falar do assunto desde quando seus filhos eram crianças, atualmente são homens e mulheres, e mesmo assim pouco mudou. De outro lado, pessoas mais disponíveis ao diálogo, que não conformados com informações evasivas, tem interesses em compreender a conjuntura e a partir de então criar suas próprias respostas sobre a situação, como é o caso de estudantes, professores, pesquisadores e simpatizantes dos Xukuru-Kariri que a despeito de tudo, afirmam sua identidade e direitos cotidianamente.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado.** Estudos Históricos. CPDOC-FGV. Rio de Janeiro, 1996.

ALMEIDA, M. R. C. de. História e Antropologia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da História.** Rio de Janeiro, Campus, 2011, p. 151-168.

CARRARA, Douglas. **Relatório preliminar circunstanciado das terras de identificação e delimitação da terra indígena Xukuru-Kariri.** 2011. Disponível em: <http://www.bchicomendes.com/cesamep/relatorio.htm>. Acesso em: 29/05/2017.

IBGE, 2010. Indígenas. Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acesso em 29/05/2017.

MELO, Mário Lacerda de. **Os agrestes: estudo dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso de recursos.** Recife, SUDENE, 1980.

MOREIRA, Ana Cristina de Lima; PEIXOTO, José Adelson L; SILVA, Tiago Barbosa da. **Mata da Cafurna: tradição e cultura do povo Xukuru-Kariri.** Maceió, Catavento, 2008.

OLIVEIRA, Edivania G. da S. **Os Pankará na Serra do Arapuá: relações socioambientais no Sertão pernambucano.** Campina Grande, PB, UFCG, 2014 (Dissertação Mestrado em História).

OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.** Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 1999.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá.** Dissertação de mestrado em Antropologia Social. João Pessoa: UFPB, 2013.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros. **Aldeando sentidos: os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste Alagoano.** Maceió, EDUFAL, 2013.

SEABRA, Giovanni. (Org.). **Educação Ambiental no mundo globalizado: uma ecologia de riscos, desafios e resiliência.** João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2011.

SILVA, Edson. Índios no Nordeste: por uma História socioambiental regional. In: **Cadernos do Ceas**, Salvador, n. 240, p. 117-136, jan./abr., 2017.

SILVA, Edson. A invenção dos índios nas narrativas sobre o Brasil. In: ANDRADE, Juliana A. de; SILVA, Tarcísio A. A. da.. (Orgs.). **O ensino da temática indígena: subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas.** Recife,: Edições Rascunhos, 2017, p. 39-79.

SILVA, Edson H; SANTOS, Carlos A; OLIVEIRA, Edivania G; NETO, Eraldo M. C. (Orgs.) **História Ambiental e história indígena no Semiárido brasileiro.** Feira de Santana, BA, UFES, 2016.

SILVA, Thayan Correia da; PEIXOTO, Adelson Lopes. **Demarcação, desintrusão e conflito territorial em Palmeira Dos Índios-AL** In: APRATTO, Douglas; COSTA, Jairo José Campos da. **Alagoas: a herança indígena.** Maceió, Eduneal, 2016, p.107-123.

TORRES, Luiz Barros. **Os índios Xucuru e Kariri em Palmeira dos Índios.** 4ª ed. Maceió, Igasa, 1984.

Entrevistas:

Lenoir Tibiriçá, Aldeia Mata da Cafurna. Território Xucuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 27/05/2017.

Habitante 01: Aldeia Mata da Cafurna. Território Xucuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 27/09/2016.

Resumo autoral:

Mary Hellen Lima das Neves

Licenciada em História pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Especialista em Ensino de História Novas Abordagens pela Faculdade São Luís de França (FSLF). Mestranda em História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Membro do Grupo de Pesquisa em História Indígena de Alagoas (GPHIAL).

ISBN: 978-85-8268-154-1